

PROJETO: “GESTÃO DO CONHECIMENTO PROCESSUAL”

I. Autor

1.1 Juiz José Aparecido dos Santos

Email: joseasantos@trt9.jus.br

Telefone: (41) 3310-7057 ou (41) 9934-3873

1.2 Juiz

II Área de concentração

Gestão e jurisdição

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1. OBJETO

1.1 Tema

Gestão processual

1.2 Tema delimitado

A gestão processual a partir do compartilhamento do conhecimento

1.3 Formulação do problema

Em que medida o compartilhamento do conhecimento acerca de práticas processuais, entre magistrados e servidores, poderá contribuir para a maior eficiência e racionalidade na prestação jurisdicional trabalhista?

2. JUSTIFICATIVA

Em que pese os atos processuais sejam, em regra, previstos em lei, existem práticas desenvolvidas por magistrados e servidores que facilitam ou racionalizam o procedimento. Essas práticas, em razão da falta de um espaço democrático para sua disseminação, permanecem desconhecidas

da maioria dos magistrados, impedindo que se estabeleça uma partilha solidária e eficiente do conhecimento.

Assim, o compartilhamento do conhecimento, de forma racional e com o adequado uso das novas tecnologias disponíveis, pode permitir um aperfeiçoamento da prestação jurisdicional trabalhista.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral:

Compartilhar experiências, informações e conhecimento ligados à prática processual trabalhista, para melhorar os serviços prestados e diminuir o tempo de busca das informações.

3.2 Objetivos específicos:

3.2.1 Discutir a criação de ferramenta estruturada de comunicação interna que permita a magistrados e servidores do TRT da 9ª Região a troca de informações e de conhecimento especificamente nas tarefas cotidianas do trabalho jurisdicional.

3.2.2 Analisar e selecionar todos os temas teóricos e práticos relevantes para o trabalho nas Varas e Gabinetes de modo a criar uma base inicial que permita aos usuários entender intuitivamente quais serão as informações a serem compartilhadas e qual é o objetivo da ferramenta.

3.2.3 Debater os critérios e estipular a estrutura das telas e funcionalidades da ferramenta, de modo a tornar simples e intuitivo o seu uso, além de permitir que todos os usuários possam colaborar da forma mais democrática e produtiva possível.

3.2.4 Produzir conteúdo básico para todos os temas selecionados, tanto na parte teórica (roteiros de trabalho, referências bibliográficas, links para textos da Internet, normas etc.) como para a parte prática (modelos de despachos, de petições, de mandados etc.).

3.2.5 Estabelecer as competências e os métodos de trabalho para quando a ferramenta for disponibilizada para o público.

4. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A ideia é criar uma ferramenta de colaboração interna permanente, exclusivamente para os trabalhos judiciários, principalmente na fase da execução. O objetivo é compartilhar o conhecimento de trabalho acumulado nas Varas e Gabinetes e que muitas vezes são desconhecidos, como roteiros de trabalho (“receitas de bolo”), modelos de despacho ou de mandados e referências a normas regulamentares.

Esse trabalho não pode prescindir de uma pesquisa científica prévia para ter seu início, pois além de seu caráter plural exigir um debate por variadas experiências, será necessário criar uma estrutura básica com consistente fundamento teórico (referências doutrinárias e jurisprudenciais, principalmente) que transmitam seriedade e profundidade, de modo a qualificar as sugestões e os debates que se sucederão.

5 METODOLOGIA

Pretende-se realizar um debate entre os magistrados e servidores que desenvolvam práticas próprias de racionalização do procedimento, mediante espaço disponibilizado pela Escola Judicial em sua página, com também um encontro presencial aberto a todos os magistrados e servidores.

Visa-se enfrentar todos os objetivos específicos acima propostos, tanto virtual, quanto presencialmente, a fim de permitir a apresentação dos relatórios exigidos pelo Edital 2016/2017.

Será necessário apoio de Informática para que a ferramenta esteja disponível para os usuários. O fundamental será obter um software que torne possível a colaboração de todos os magistrados e servidores, para o que se sugere um “espelho” do Wikipédia ou algo semelhante.

6 VAGAS DISPONIBILIZADAS

Conforme o Edital 2016/2017, serão, preferencialmente, disponibilizadas 20 vagas para magistrados e 10 para servidores.

7 CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa dar-se-á em 6 (seis) meses (de 2 de maio de 2016 a 2 de outubro de 2016).

ATIVIDADES PERÍODO DE EXECUÇÃO

Meses do ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Início da Pesquisa					X							
Debates no ambiente virtual – reuniões do Grupo de estudo					X	X	X	X	X			
Leituras básicas e fichamentos					X	X	X	X				
Entrega de relatórios							X			X		
Seminário									X			

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7.1 DIDIER Jr., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil. Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento. Reescrito com base no Novo CPC.* - Salvador : Juspodivm, 2015, v. 1.

7.2 FIOREZE, Ricardo. Gestão processual: mecanismos de efetividade e celeridade da atividade jurisdicional. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, v. 77, n. 4, p. 259-279, out./dez. 2011.

7.3 MARINONI, Luiz Guilherme. *O custo e o tempo do processo civil brasileiro.*

Disponível em: <

http://www.marinoni.adv.br/baixar.php?arquivo=files_/O%20CUSTO%20E%20O%20TEMPO%20DO%20PROCESSO%20CIVIL%20BRASILEIRO.doc>,

Acesso em 12.04.2016.